



# FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ECONOMISTAS

FENECON

Fundada em 23 de setembro de 1955

## **Os Economistas e a Crise Política**

A Diretoria Executiva da Federação Nacional dos Economistas – FENECON, entidade máxima de representação sindical dos Economistas brasileiros, diante da gravidade dos fatos que vêm chocando a opinião pública e que geraram a atual crise política que vive o Brasil, se manifesta procurando expressar o sentimento da grande maioria dos integrantes da categoria.

Cada dia mais perplexos com o agravamento da crise, a partir de sucessivas e graves denúncias de corrupção envolvendo o Governo Federal, seu partido majoritário e alguns aliados, bem como grandes empresas privadas, do setor financeiro e estatais, exigimos a apuração rigorosa e total de todos os crimes cometidos, bem como a punição exemplar de todos os seus responsáveis, pelos saques praticados contra os cofres públicos, de antes e de agora, de forma a afastá-los da vida pública nacional. Afinal de contas, novamente ficamos estarecidos e indignados diante de desvios multimilionários de recursos públicos, que tanto fazem falta, sobretudo aos programas de investimento social.

Entretanto, achamos de fundamental importância que o enfrentamento da crise moral e ética que nos envergonha, ocorra nos marcos das instituições democráticas republicanas, sem pré-julgamentos e com total autonomia dos poderes Legislativo e Judiciário, e com a competente ação do Ministério Público.

Os brasileiros, certamente, não aceitarão retrocessos na construção da democracia, mas exigem posição firme contra a corrupção generalizada, o tráfico de influência, o nepotismo, as benesses fiscais indevidas e também querem mudanças, principalmente, em relação ao conservadorismo da política econômica atualmente praticada.

Além disso, consideramos indispensável, não só uma reforma política profunda e democrática, mas também mudanças na política econômica que reduzam as taxas de juros, que resultem em mais investimento público em contraposição ao superávit fiscal, que estimulem a retomada do crescimento econômico, a geração de emprego com uma melhor distribuição de renda, bem como a diminuição da vulnerabilidade externa, e o avanço no processo de reforma agrária, com vistas à consolidação de uma sociedade brasileira livre, justa, progressista, solidária e ambientalmente sadia e à ampliação das conquistas democráticas do País.

Brasília (DF), 31 de Julho de 2005.

**A Diretoria Executiva**